

Comissão Europeia

Eléctricas temem reforço do papel da DG Concorrência na política energética

Novo pacote legislativo da Comissão Europeia sobre energia deixa “vazio de poder” que pode ser ocupado pela Direcção-geral da Concorrência, alerta a Elecpor.

[Ana Brito](#)

6 de Novembro de 2017, 7:56



Foto

João Manso Neto, presidente da EDP Renováveis e da associação portuguesa de empresas do sector eléctrico, a Elecpor
Nuno Ferreira Santos

O presidente da EDP Renováveis, João Manso Neto, que é também presidente da associação portuguesa de empresas do sector eléctrico, a Elecpor, considera que o novo pacote da Comissão Europeia sobre energia “é débil em termos de governo da política energética” e que esse “vazio de poder” pode ser ocupado pela Direcção-geral da Concorrência (a DGComp), que funciona sob alçada da comissária Margrethe Vestager.

À margem de um evento sobre as novas propostas legislativas (o Clean Energy for All Europeans), na passada sexta-feira, o gestor exemplificou que, no caso das energias renováveis, “como não há objectivos nacionais, mas apenas comunitários, se houver derrapagem não há um modelo rápido de decisão”. Por isso, aquilo que as empresas do sector eléctrico defendem é que “exista um órgão na Comissão com poderes executivos nesta matéria”. Voltando ao exemplo das renováveis, João Manso Neto diz que se Bruxelas definir “objectivos máximos e se os países definirem objectivos nos seus

programas nacionais, e se isso não estiver a ser cumprido, então é preciso que a Comissão tenha poderes imediatos para obrigar a cumprir ou para lançar leilões”.

Tem que ser um órgão executivo a funcionar na alçada da Comissão, mas “com visão europeia e capaz de tomar decisões rápidas”, disse João Manso Neto, para quem o risco de legislar “sobre questões menores” e deixar “passar questões maiores” e ficarem “omissas” as questões relacionadas com o governo do novo pacote energético é o de se criar um “vazio de poder”. “Quando não há regras, quem é que tem o ocupado sistematicamente? É a DGComp, que tem um poder enorme”, criticou o gestor.

Com isso, a “política energética não é conduzida pela Direcção-Geral de Energia, nem pelos Governos democraticamente eleitos, acaba por ser conduzida por uma DGComp que tem um problema: é muito ortodoxa, agarrada a modelos clássicos”, queixou-se João Manso Neto.

De uma forma global, o administrador da EDP considera que “a ênfase no consumidor e no papel do distribuidor [de electricidade]” contidos no novo pacote são pontos positivos. Mas, além da questão da governação, “onde [a legislação] falha mais”, segundo o gestor, é na capacidade de garantir “estabilidade” e “previsibilidade” de receitas às empresas para assegurarem os investimentos futuros.

Se por um lado o pacote “continua a advogar para o mercado grossista um modelo de mercado marginal que hoje em dia está provado que não sustenta investimento nenhum” (porque considera que o preço da electricidade deve reflectir apenas os custos variáveis, como por exemplo o combustível necessário, e com mais renováveis no sistema esse preço tende para zero, enquanto as centrais continuam a ter outros custos fixos, como o de operação e manutenção), por outro, a remuneração através de mecanismos de capacidade (em que as empresas recebem por entregar uma determinada capacidade de produção para garantir a fiabilidade permanente do aprovisionamento) “é uma coisa que só deve ser vista por excepção, quando devia ser uma regra fundamental do mercado cada vez mais”, criticou Manso Neto.

Além disso, a nova legislação também “não consagra claramente os contratos a longo prazo” para a produção renovável (contratos em que a produção já não é subsidiada, como tem acontecido até agora, mas em que há tarifas fixas, por períodos longos). “As renováveis são cada vez mais baratas e mais competitivas, não estamos a discutir preço, o que estamos a discutir é a previsibilidade”, e a existência de “uma receita garantida definida em mercado” (em leilões), explicou o gestor. Sem este tipo de garantias, o sector queixa-se que as empresas não têm incentivo para investir e que a Europa corre o risco de não conseguir renovar as suas infra-estruturas e promover as medidas de descarbonização da economia e cumprir as metas a que se propõe.

Manso Neto considera ainda que a nova legislação europeia não garante “estímulos suficientes à electrificação”, que “é fundamental e pode ser conseguida de forma barata usando sobretudo renováveis, armazenagem ou o que seja”, mas que tem de garantir “estímulos mais fortes ligados sobretudo ao transporte e aquecimento”. Para isso, é preciso criar “métricas de eficiência energética, não tanto ligadas à energia e electricidade, mas mais ligada aos transportes” e também tirar das facturas dos consumidores “o conjunto de custos que sobrecarregam a electricidade”, advogou.

São “custos que não têm a ver com a electricidade e outros que tiveram a ver com a electricidade, mas que hoje já não fazem sentido e que são custos ociosos”, e que têm de sair das tarifas, para que os preços das facturas baixem e “as pessoas se sintam incentivadas a mudar para o carro eléctrico, por exemplo, ou para electrificar mais o aquecimento”, afirmou João Manso Neto.

[Sugerir correcção](#)